



Câmara Municipal de Fortaleza
GABINETE VEREADOR MÁRCIO CRUZ

REQUERIMENTO _____

0426/2020

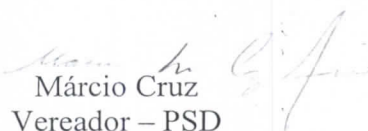
Requer a transcrição nos anais desta Casa da matéria intitulada “Receitas municipais cresceram 32,5% no Ceará, diz Ipece” no jornal O Estado no dia 04 de fevereiro de 2020.

EXMO. SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE FORTALEZA:

O vereador signatário, no uso de suas atribuições legais e na forma regimental, vem mui respeitosamente à presença de V. Exa. requerer a transcrição nos anais desta Casa Legislativa da matéria intitulada “**Receitas municipais cresceram 32,5% no Ceará, diz Ipece**”.

A matéria foi publicada no Jornal O Estado do no dia 04 de fevereiro de 2020, conforme recorte em anexo.

DEPARTAMENTO LEGISLATIVO DA CÂMARA MUNICIPAL DE FORTALEZA, EM 04 DE 02 **DE 2020.**


Márcio Cruz
Vereador – PSD



Câmara Municipal de Fortaleza
Rua Dr. Thompson Bulcão, 830 – Gabinete 09 – Patriolino Ribeiro.
CEP. 60.810-460 – Fone (85) 3444.8300

Economia



Dólar Na segunda-feira
R\$ 4,249 (▼0,863%)
Bolsas Na segunda-feira

1,06%
São Paulo

0,51%
Nova York

Receitas municipais cresceram 32,5% no Ceará, diz Ipece

O crescimento ocorreu entre 2010 e 2018. Os municípios foram menos afetados que o governo estadual durante o período de crise econômica

Os municípios foram menos afetados que o governo estadual durante o período de crise da economia brasileira. A informação consta no Informe (Nº 165 - Dezembro de 2019) - fatores Explicativos para o desempenho Fiscal dos Municípios Cearenses, publicado pela Diretoria de Estudos Econômicos (Diec) do Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica do Ceará (Ipece). Segundo o estudo, o crescimento das receitas municipais de 0,67%, entre os anos de 2014 e 2015, e a redução de 4,89% das estaduais, em idêntico período, ilustra esse fato. Comparativamente as estaduais, é possível afirmar que as receitas municipais cresceram 32,5%, entre 2010 e 2018, enquanto as estaduais aumentaram 24,4%.

Em vários momentos, mais especificamente nos anos de 2012, 2015 e 2017, as receitas estaduais apresentaram queda enquanto as municipais mantiveram sua tendência de alta. De autoria do analista de políticas públicas Paulo Araújo Pontes, o trabalho, ao examinar as duas principais fontes de receita corrente líquida - tributárias e as de transferências - constata que as primeiras, entre 2010 e 2018, apresentaram uma nítida elevação, de 75,8%, em termos reais, no período analisado. Já as receitas de capital dos municípios cearenses tiveram queda entre os anos de 2010 e 2017, mas recuperação em 2018. Conforme o documento, a redução dessas receitas é uma decorrência, entre outros fatores, da maior restrição, imposta pelo Governo Federal, a contratação de operações de crédito pelos entes subnacionais.

Paulo Pontes observa que, apesar do notável crescimento das receitas tributárias dos municípios cearenses, é importante ressaltar que eles possuem diferentes potenciais para au-



FOTO LUCAS MOURA

Fortaleza, que concentrava maior parte da arrecadação, teve queda

O maior crescimento relativo de arrecadação, entre os anos de 2010 e 2018, ocorreu entre os municípios que possuem população entre 50 e 100 mil habitantes e mais de 100 mil habitantes

mentar sua arrecadação própria. "O orçamento dessa fonte de receita por faixa da população do município, pois é esperado que municípios mais populosos possuam maior capacidade de cobrar impostos". O maior crescimento relativo de arrecadação, entre os anos de 2010 e 2018, ocorreu entre os municípios que possuem população entre 50 e 100 mil habitantes e mais de 100 mil habitantes, sendo as receitas

de 2018, nesses dois grupos de municípios, 115% superiores às de 2010. Consequentemente, a participação desses dois grupos na arrecadação tributária municipal saltou de 20,46% do total, em 2010, para 24,8%, em 2018. Ele cita, como exemplo, o município de Fortaleza, que, ao longo de todo período, concentrava a maior parte da arrecadação tributária dos municípios cearenses, porém essa participação caiu de 64,8%, em 2010, para 61,6%, em 2018.

Aplicação

O estudo evidencia as receitas tributárias dos municípios cearenses, apesar de seu notável crescimento, representaram, em 2018, apenas 14,4% da Receita Corrente Líquida (RCL) municipal. "Assim, depreende-se que maior parte das receitas municipais (85,6%) é oriunda das transferências governamentais, que podem ser estaduais ou da União", frisa Paulo Pontes. Ele acrescenta que outra característica das receitas de transferências é que elas podem ser destinadas a financiar gastos de áreas específicas, como saúde e educação, ou serem aplicados livremente pelos governos locais.

As receitas de transferências de recursos vinculados (SUS, FNAS, FNDE e FUN-

DEB) correspondem a, aproximadamente, 48% do total transferido aos municípios cearenses entre os anos de 2010 e 2018. Outro fato que deve ser destacado é que as receitas transferidas pelo Fundo de Participação dos Municípios (FPM) foram a que menos cresceu no período em análise, tendo aumentado 15,3% no período de oito anos. As transferências vinculadas e as de ICMS apresentaram desempenho superior, crescendo 24,3% e 26,2%, respectivamente.

Distribuição

Paulo Pontes finaliza afirmando que, se for considerada a distribuição das transferências pela faixa populacional dos municípios cearenses, é possível constatar que os municípios com população entre 30.000 e 100.000 habitantes foram beneficiados pelo maior crescimento dessa fonte de recursos, entre os anos de 2010 e 2018. Por outro lado, o município de Fortaleza foi o que registrou menor crescimento dessa fonte. Já com relação às transferências de recursos vinculados, os municípios com mais de 100.000 habitantes tiveram um incremento, entre 2010 e 2018, de 30,9% dessas transferências, enquanto em Fortaleza a expansão foi de apenas 18,4%. Já o FPM, que apresentou o menor crescimento entre as receitas de transferências, os municípios de 10.000 a 30.000 habitantes registraram o maior ganho de receitas, 25,5% no período em análise, e Fortaleza apresentou uma certa estabilidade nos volumes transferidos a título de FPM. As transferências do ICMS apresentaram o maior crescimento, de 2010 a 2018, nos municípios que possuem entre 30.000 e 50.000 habitantes, com incremento de 79,6%.



MAIS CONTEÚDO SOBRE O
www.oestadoce.com.br

Mercado financeiro reduz estimativa de inflação para 3,40%

As instituições financeiras consultadas pelo Banco Central reduziram a estimativa para a inflação este ano. A projeção para o IPCA (Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo), a inflação oficial do país, caiu de 3,47% para 3,40%. A informação consta no boletim Focus, pesquisa semanal do BC, que traz as projeções de instituições para os principais indicadores econômicos. As informações são da Agência Brasil.

Para 2021, a estimativa de inflação se mantém em 3,75%. A projeção para os anos seguintes também não teve alterações: 3,50% em 2022 e 2023. A projeção para 2020 está abaixo do centro da meta de inflação que deve ser perseguida pelo BC. A meta, definida pelo Conselho Monetário Nacional, é de 4% em 2020, com intervalo de tolerância de 1,5 ponto percentual para cima ou para baixo.

Para alcançar a meta de inflação, o Banco Central usa como principal instrumento a taxa básica de juros, a Selic, atualmente em 4,5% ao ano pelo Copom (Comitê de

Política Monetária). Nesta reunião do ano para definir Selic. De acordo com o boletim do Banco Central, a expectativa do mercado é que Selic caia para 4,25% a até o fim de 2020. Quando Copom reduz a Selic, a tendência é que o crédito fique mais barato, com incentivo à produção e ao consumo reduzindo o controle da inflação e estimulando a atividade econômica.

Quando o Copom aumenta a taxa básica de juros, objetivo é conter a demanda aquecida, e isso causa reflexos nos preços porque juros mais altos encarecem o crédito e estimulam a poupança. Já a manutenção Selic indica que o Copom considera as alterações anteriores suficientes para chegar à meta de inflação. Para 2020, a expectativa é que a taxa básica suba para 6%. Para 2021 e 2023, as instituições esperam que a Selic termine períodos em 6,5% ao ano. A projeção para a expansão PIB (Produto Interno Bruto) variou de 2,31% para 2,30% em 2020.

EM DEFESA DO BNB E DOS FUNDOS CONSTITUCIONAIS DE FINANCIAMENTO

FNE 100% BNB - NÃO À PEC 119!

PELO FORTALECIMENTO DO BNB. EM DEFESA DO FNE. EM DEFESA DOS TRABALHADORES



lider
Controle Ambiental

Contate-nos
(85) 3254-9393

Controle de Pragas
Limpeza de Reservatórios de Água
Limpeza de Tanques e Silos
Poda/Corte de Árvores
Controle Populacional de Aves

www.liderambiental.net

Lider Controle Ambiental Ltda - CNPJ 03.399.220/0002-28
Avenida Vitorino do Rio Branco, nº 2334 - Jardim Tereza, Fortaleza (CE) - Limpeza Sanitária 42.589/2011